



APELAÇÃO CÍVEL N. 0011749-38.2019.8.19.0068

FLS.1

APELANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS

APELADA: SONIA MARIA FERNANDES DA SILVEIRA

RELATOR: DESEMBARGADOR MARCOS ANDRÉ CHUT

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITO INFERIOR A R\$ 10.000,00. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO E DE LOCALIZAÇÃO DE BENS PENHORÁVEIS. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. ALEGADA NULIDADE DA CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. INAPLICABILIDADE DE INTIMAÇÃO PRÉVIA OBRIGATÓRIA DO EXEQUENTE. OBSERVÂNCIA DO TEMA 1.184 DO STF E DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 547/2024. ALEGAÇÕES RECURSAIS DESPROVIDAS DE COMPROVAÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME:

Trata-se de apelação interposta pelo Município exequente contra sentença que extinguiu execução fiscal sem resolução do mérito, por ausência de interesse de agir, diante da cobrança de crédito de valor inferior a R\$ 10.000,00, sem citação da executada e sem localização de bens passíveis de constrição. O recorrente sustenta a nulidade da certidão de trânsito em julgado, a violação aos arts. 9º e 10 do CPC pela ausência de prévia intimação para manifestação acerca das providências previstas no Tema 1.184 do STF e na Resolução CNJ nº 547/2024, bem como a necessidade de reforma da sentença para prosseguimento da execução.



APELAÇÃO CÍVEL N. 0011749-38.2019.8.19.0068

FLS.2

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:

Discute-se se a sentença extintiva deve ser anulada ou reformada em razão da alegada nulidade da certidão de trânsito em julgado, da suposta obrigatoriedade de prévia intimação do exequente antes da extinção do feito e da existência de elementos aptos a demonstrar interesse processual no prosseguimento da execução fiscal.

III. RAZÕES DE DECIDIR:

1. A alegada nulidade da certidão de trânsito em julgado não enseja reforma, pois o recurso foi regularmente processado e submetido ao juízo de retratação, sem demonstração de prejuízo. 2. A extinção da execução fiscal encontra amparo no Tema 1.184 do STF e na Resolução CNJ nº 547/2024, diante da cobrança de crédito inferior a R\$ 10.000,00, sem citação da executada e sem localização de bens penhoráveis. 3. O IAC nº 0079182-93.2024.8.19.0000 não estabeleceu a obrigatoriedade de prévia intimação da Fazenda Pública como condição para a extinção de toda execução fiscal enquadrada na Resolução CNJ nº 547/2024. 4. Não há violação aos arts. 9º e 10 do CPC, pois a sentença limitou-se a aplicar orientação vinculante e disciplina normativa incidente sobre a controvérsia. 5. As alegações de existência de outras execuções, protesto da CDA, parcelamentos ou medidas patrimoniais aptas a justificar o prosseguimento do feito não foram acompanhadas de prova concreta. 6. Impõe-se a manutenção da sentença.

IV. DISPOSITIVO:

Recurso desprovido.



APELAÇÃO CÍVEL N. 0011749-38.2019.8.19.0068

FLS.3

Dispositivos relevantes citados: artigos 9º, 10 e 487, §7º, do Código de Processo Civil e Resolução CNJ nº 547/2024.

Jurisprudência relevante citada: STF, Tema 1.184 da Repercussão Geral; TJRJ, Incidente de Assunção de Competência nº 0079182-93.2024.8.19.0000.

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de execução fiscal proposta pelo Município de Rio das Ostras para cobrança de crédito de IPTU e encargos referentes aos exercícios de 2015 e 2016, totalizando aproximadamente R\$ 2.404,32 na data do ajuizamento. A sentença extinguiu o feito sem resolução do mérito, por ausência de interesse de agir, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, nos seguintes termos (index 34):

“Em sede de repercussão geral (Tema nº 1.184), no julgamento do Recurso Extraordinário de nº 1355208/SC, o STF definiu que as execuções fiscais de baixo valor deveriam ser extintas em razão de não haver 'interesse de agir' por parte do ente exequente. A Corte argumentou que nesses casos o custo para se movimentar o aparato judicial seria superior ao débito em execução, situação cuja falta de razoabilidade e proporcionalidade, assim como mácula à eficiência seriam latentes. Ainda ponderou que a hipótese não equivaleria à renúncia de crédito, porquanto a fazenda ainda poderia exigir a dívida se valendo de outros meios, mais baratos, rápidos e efetivos (protesto, autocomposição etc.). O seguinte trecho do voto da relatora, Min. Carmen Lúcia, ilustra a assertiva: Menos



APELAÇÃO CÍVEL N. 0011749-38.2019.8.19.0068

FLS.4

ainda se legitima a escolha da judicialização, quando o custo financeiro e administrativo seja tanto maior quanto o que se tem a receber do devedor. Refiro-me à ineficiência administrativa, que se mostra pela transferência e a solução buscada, entregando-se mais atribuição a órgãos de outro Poder, pela indolência administrativa de se buscarem alternativas internas nos entes estatais. Aqui, Senhor Presidente, Senhores Ministros, não estou incluindo, nem levei em consideração apenas o protesto. Pelo contrário, penso haver outros caminhos que foram abertos, um dos quais o mais utilizado e que se põe em questão é exatamente o protesto, a possibilidade de protesto da certidão de dívida ativa. Entretanto, não há qualquer impedimento no Direito brasileiro a que se criem câmaras de conciliação. As procuradorias têm feito isso. Aliás, a Procuradoria da Fazenda Nacional vem exatamente exemplificar, nem se afasta o protesto, nem se impõe seja ele obrigatório. Esse é o caminho que tentei buscar. Quer dizer, parece-me não ser exato que se tenha que adotar como válido necessariamente para um juiz que ele seja obrigado, diante de execução fiscal de pequeno valor, às vezes de valor irrisório, a movimentar toda a máquina, sendo que ele teria outros caminhos prévios, especialmente quando não se tem a garantia da possibilidade objetiva de êxito. (...). E com isso se onera, nós estamos neste caso, por essa dívida de R\$ 521,84, movimentando processo que chega até o Supremo Tribunal Federal, com ônus não apenas financeiro para o contribuinte, mas com ônus para a própria agilidade da jurisdição. Ao final do julgamento, e depois de sopesadas todas as considerações, a Corte chegou às seguintes conclusões: 1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado. 2. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a



APELAÇÃO CÍVEL N. 0011749-38.2019.8.19.0068

FLS.5

inadequação da medida. 3. O trâmite de ações de execução fiscal não impede os entes federados de pedirem a suspensão do processo para a adoção das medidas previstas no item 2, devendo, nesse caso, o juiz ser comunicado do prazo para as providências cabíveis. Em resposta ao que foi definido pelo Sodalício, e com o escopo de desatar os nós que pudessem surgir quanto à escoreita aplicação da decisão, o CNJ editou a Resolução de nº 567/24, nela estabelecendo que as execuções fiscais cujos valores fossem iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00, na data do ajuizamento, autorizada o somatório de débitos do mesmo devedor cujos executivos estivessem correndo em apenso, poderiam ser extintas por falta de interesse de agir, se o executado não tivesse sido ainda citado e o feito não tivesse experimentado movimentação útil por mais de 01 ano, ou mesmo que citado, não tivessem sido localizados ou identificados bens seus passíveis de penhora. Foi também facultado ao credor a prerrogativa de requerer ao juízo da execução prazo de 90 dias, para a localização de bens, antes que a execução fosse encerrada. Eis o que positivou o Ato: Art. 1º É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado. § 1º Deverão ser extintas as execuções fiscais de valor inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) quando do ajuizamento, em que não haja movimentação útil há mais de um ano sem citação do executado ou, ainda que citado, não tenham sido localizados bens penhoráveis. § 2º Para aferição do valor previsto no § 1º, em cada caso concreto, deverão ser somados os valores de execuções que estejam apensadas e propostas em face do mesmo executado. § 3º O disposto no § 1º não impede nova propositura da execução fiscal se forem encontrados bens do executado, desde que não consumada a prescrição. § 4º Na hipótese do § 3º, o prazo prescricional para nova propositura terá como termo inicial um ano após a data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no primeiro ajuizamento. §



APELAÇÃO CÍVEL N. 0011749-38.2019.8.19.0068

FLS.6

5º A Fazenda Pública poderá requerer nos autos a não aplicação, por até 90 (noventa) dias, do § 1º deste artigo, caso demonstre que, dentro desse prazo, poderá localizar bens do devedor. Apesar da clareza da normativa, estabeleceu-se nesta Casa dissidência a respeito de qual seria o seu exato alcance e significado, motivando a instauração de Incidente de Assunção de Competência, tombado sob o nº 0079182-93.2024.8.19.0000, em cujo bojo, no entanto, se declarou que a única controvérsia a respeito da aplicação da Resolução residiria na regra prevista no seu art. 1º, § 1º, que deveria ser compreendida não como dever e, sim, como faculdade de o juiz da execução primeiro intimar o credor em processos sem movimentação útil para adotar, dentro de 90 dias, as providências necessárias para a realização da citação ou localização de bens suscetíveis de penhora, para só depois pôr fim ao executivo. Foi igualmente pontuado que o fato de existir teto para execuções de pequeno valor estabelecidos em lei editada pelo ente credor e que fosse inferior ao que foi estipulado pelo CNJ seria irrelevante, pois a cifra a ser observada seria de qualquer modo aquela estipulado pelo art. 1º, § 1º da Resolução (R\$ 10.000,00). As diretrizes tomaram o seguinte desenho: i) ratifica-se a decisão encartada no indexador nº 1.560 para estabelecer que nenhuma decisão local poderá dissociar-se das disposições dos atos normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça para cumprimento das decisões temáticas do Supremo Tribunal Federal, nomeadamente as questões objeto das divergências que ensejaram este IAC; ii) declara-se que o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), previsto pelo § 1º do artigo 1º da Resolução CNJ nº 547/2024, não representa o piso para ajuizamento de execuções fiscais, mas sim critério para extinção de executivos fiscais já ajuizados e nos quais se verifiquem, cumulativamente, ausência de movimentação útil há mais de um ano e inexistência de efetiva penhora de bens; iii) faculta-se intervenção jurisdicional em qualquer processo de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) que se encontre paralisado por inércia do credor, ainda que em tempo



APELAÇÃO CÍVEL N. 0011749-38.2019.8.19.0068

FLS.7

inferior a um ano, facultada concessão de prazo mínimo de três meses, para que o exequente promova a citação ou intimação de devedor para cumprimento das formalidades necessárias à formalização de necessária constrição patrimonial, tudo sob pena de extinção provisória do processo; iv) voltam a ter tramitação processual normal os processos que ficaram suspensos por força da decisão proferida no indexador nº 1.560, podendo os feitos ser encaminhados a distribuição de uma das Câmaras de Direito Público. Também foi rechaçada a ideia de que o bem imóvel indicado na CDA poderia a princípio cumprir o requisito de indicação de bem do devedor passível de penhora, de maneira a evitar que o executivo fosse extinto, pois ainda nessa hipótese deveria o exequente juntar cópia atualizada da matrícula constando o nome do devedor como proprietário. O argumento foi afastado nos seguintes termos: "Em tal perspectiva, em relação a processo a ser ajuizado, ficou assentado que o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) não representa o piso para ajuizamento de execuções fiscais, mas, em qualquer hipótese, o exequente deverá informar o número do CPF ou CNPJ da parte executada e comprovar, por informação ou certidão de competente Cartório de Registro de Imóveis, que eventual imóvel indicado a penhora se encontra registrado em nome do devedor constante da CDA, sendo ainda recomendável a consulta do cadastro de nascimento e óbito existente na Corregedoria Geral da Justiça. (...). Nesta perspectiva, decidiu-se por superados neste IAC os questionamentos indicados pelos números 1, 2, 3 e 5 (...).5) é possível vedar indicação de imóvel descrito em CDA como bem passível de penhora, ao simples argumento de se tratar de dívida imobiliária em que a obrigação é de natureza propter rem?) Assim sendo, remanesce para decisão final apenas o questionamento indicado neste IAC sob o número 4 (4 - é possível considerar-se superado o prazo de um ano estabelecido no artigo 1º, § 1º. da Resolução CNJ nº 547/2024, na hipótese de o juízo da execução intimar previamente o exequente a cumprir as determinações do Tema 1.184 do STF?). De todo modo, como meio de dar ainda maior clareza à



APELAÇÃO CÍVEL N. 0011749-38.2019.8.19.0068

FLS.8

aplicabilidade da Resolução, a I Jornada do Fórum dos Juízes da Execução Fiscal editou diversos enunciados, buscando resolver controvérsias que pudessem surgir na interpretação dos seus termos. Em um deles, foi sufragada a tese de que a penhora irrisória de ativos do devedor não poderia ser entendida como `movimentação útil; para os fins da Resolução de nº 547/24 do CNJ: Enunciado 6 A prova de que a Fazenda Pública poderá localizar bens do devedor, nos termos do § 5º do art. 1º da Resolução CNJ 547/2024, deve ser pré-constituída, não sendo suprida por mero pedido de pesquisa em sistemas judiciais. Noutro, foi estatuído que o pedido de pesquisa de bens nos sistemas conveniados do tribunal não supriria a exigência de indicação de bens passíveis de constrição prevista no art. 1º, § 5º do Ato, cujo apontamento deveria ser acompanhado de prova documental (pré-constituída): Enunciado 11 A constrição de bens ou valores de quantia irrisória não configura ato idôneo para interromper o curso do prazo da prescrição intercorrente, nem movimentação útil para os fins da Resolução CNJ n. 547/2024, por não representar medida concreta de satisfação do crédito executado. E numa terceira, se estabeleceu que execuções apensadas como forma de superar o teto de R\$ 10.000,00 são aquelas cuja reunião tiver sido expressamente determinada por decisão judicial: Enunciado 5 Para os fins do § 2º do art. 1º da Resolução CNJ 547/2024, consideram-se apensadas tão somente as execuções fiscais em que haja decisão judicial determinando a sua reunião, nos termos da Súmula 515 do STJ. O que as regras na essência querem dizer é que só seria juridicamente viável manter ativo o executivo fiscal no caso de haver indicativo concreto de que ele está cumprindo as exigências da Resolução, isto é, de que está visivelmente caminhando ao seu desiderato natural (satisfação do crédito). No caso, a demanda tem como objeto dívida de valor inferior ao teto previsto no art. 1º, § 1º da Resolução de nº 547/24, ainda que considerado os que com ele (eventualmente) correm em apenso. Ademais, não é movimentado em direção a algum resultado útil a mais de 01 ano, não podendo ser assim encarado pedido de pesquisa de



APELAÇÃO CÍVEL N. 0011749-38.2019.8.19.0068

FLS.9

bens no sistema conveniado deste E. Tribunal porventura pendentes de apreciação. Tampouco foi localizado patrimônio passível de penhora e/ou o devedor ou foi objeto de constrição quantia que não pudesse ser qualificada de irrisória. Por isso, inexistente razão para que perdure vivo, ocupando espaço nos escaninhos desta Vara Judicial, em manifesto descompasso com o que foi decidido pelo STF em sede de repercussão geral (Tema nº 1.184), estipulado pela Resolução nº 547/24 do CNJ e determinado por esta E. Casa no Incidente de Assunção de Competência de nº 0079182-93.2024.8.19.0000. Por último, antes que se levante a questão, é perfeitamente legítimo à Resolução fixar as balizas em função das quais os órgãos jurisdicionais deverão entender presente ou não o interesse de agir nos executivos fiscais. A matéria foi levada ao STF por meio do Recurso Extraordinário nº ARE 1553607, julgado em sede de repercussão geral, no bojo do qual a Corte definiu ser lícito ao Conselho Nacional de Justiça parametrizar em ato normativo a exata aplicação do seu julgado. A tese foi assim ementada: 1. As providências da Resolução CNJ nº 547/2024 não usurpam nem interferem na competência tributária dos entes federativos e devem ser observadas para o processamento e a extinção de execuções fiscais com base no princípio constitucional da eficiência; 2. É infraconstitucional e fática a controvérsia sobre o atendimento das exigências da Resolução CNJ nº 547/2024 para extinção da execução fiscal por falta de interesse de agir. Isto é, a despeito de todos os esforços das procuradorias dos entes federativos, hoje não mais se entremostra viável manter ativo executivos fiscais de baixo valor e paralisados por inércia do credor. JULGO, portanto, EXTINTA a execução. Sem custas. Com o trânsito, dê-se baixa e remeta-se à Central de Arquivamento. P.R.I.”

Apelação do Município exequente, no index 47.

Em suas razões recursais, sustenta inicialmente a nulidade da certidão que atestou o trânsito em julgado da sentença, ao argumento de que



APELAÇÃO CÍVEL N. 0011749-38.2019.8.19.0068

FLS.10

não foi observado o prazo em dobro da Fazenda Pública, considerado ainda o período de suspensão dos prazos processuais.

No mérito, alega que a sentença incorreu em *error in procedendo*, porquanto teria sido proferida sem prévia intimação do ente público para manifestação acerca das providências previstas no Tema 1.184 do STF e na Resolução CNJ nº 547/2024. Sustenta que o IAC nº 0079182-93.2024.8.19.0000 teria estabelecido a necessidade de concessão de prazo para adoção de medidas voltadas ao impulsionamento da execução, sob pena de afronta aos arts. 9º e 10 do CPC e ao princípio da não surpresa.

Aduz, ainda, que a ausência de prévia intimação impediu a demonstração de circunstâncias aptas a evidenciar a subsistência do interesse processual, tais como, eventual existência de outras execuções fiscais contra a mesma devedora, possível protesto da CDA, eventuais pesquisas patrimoniais pendentes, parcelamentos administrativos ou outras medidas de cobrança extrajudicial.

Requer, ao final, o provimento do recurso para que seja cassada a sentença, determinando-se o regular prosseguimento da execução fiscal.

O magistrado de origem exerceu o juízo previsto no art. 485, § 7º, do CPC e manteve a sentença por seus próprios fundamentos.

Sem contrarrazões. Executada não citada. Index 60.

É o relatório. Passo a decidir.

Presentes os requisitos de admissibilidade recursal, conheço do recurso.

Inicialmente, não há interesse recursal quanto à alegada nulidade da certidão de trânsito em julgado. A despeito da insurgência do apelante, o recurso foi regularmente processado e submetido ao exame do juízo de



APELAÇÃO CÍVEL N. 0011749-38.2019.8.19.0068

FLS.11

retratação previsto no art. 485, § 7º, do CPC, inexistindo qualquer prejuízo concreto decorrente do ato impugnado.

No mérito, a sentença não merece reforma.

A solução adotada encontra respaldo no entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1.184 da repercussão geral, bem como na Resolução CNJ nº 547/2024, que autorizam a extinção de execuções fiscais de reduzido valor quando ausentes elementos concretos a demonstrar perspectiva útil de satisfação do crédito.

A execução fiscal foi ajuizada para cobrança de crédito de valor inferior a R\$ 10.000,00 e, transcorridos anos desde sua distribuição, a executada não foi citada nem foram localizados bens passíveis de constrição. Tal circunstância é expressamente reconhecida nos autos e foi considerada pelo magistrado de origem ao extinguir o feito por ausência de interesse processual.

Não procede a alegação de nulidade por ausência de prévia intimação do exequente.

A orientação firmada no IAC nº 0079182-93.2024.8.19.0000 não estabeleceu obrigação de prévia intimação em toda execução fiscal enquadrada na Resolução CNJ nº 547/2024, mas apenas facultou ao magistrado a adoção dessa providência em situações específicas. Não se extrai do precedente qualquer imposição de observância obrigatória da medida como condição para extinção do feito.

Também não há falar em ofensa aos arts. 9º e 10 do CPC. A sentença limitou-se a aplicar ao caso concreto orientação vinculante do Supremo Tribunal Federal e disciplina normativa expressamente voltada ao tratamento das execuções fiscais de baixo valor, matéria que integra o próprio objeto da demanda e independe de prévia provocação das partes.



APELAÇÃO CÍVEL N. 0011749-38.2019.8.19.0068

FLS.12

Ademais, a tese recursal está fundada em circunstâncias meramente hipotéticas. O Município sustenta que poderia demonstrar a existência de outras execuções, de protesto da CDA, de parcelamentos ou de medidas patrimoniais aptas a justificar o prosseguimento da cobrança. Contudo, nenhuma dessas alegações veio acompanhada de prova efetiva. O recurso limita-se a invocar situações potencialmente existentes, o que não basta para afastar a conclusão alcançada pelo juízo de origem.

Igualmente irrelevante a mera indicação do imóvel descrito na CDA, uma vez que inexiste nos autos comprovação de que o bem permaneça registrado em nome da executada, circunstância expressamente considerada pelo juízo à luz das diretrizes estabelecidas no IAC mencionado.

Nesse contexto, não demonstrado elemento concreto capaz de evidenciar a utilidade prática da demanda ou a existência de efetiva perspectiva de satisfação do crédito, impõe-se a manutenção da sentença.

Antes o exposto, **nega-se provimento** ao recurso, mantendo-se integralmente a sentença.

P.I.

Rio de Janeiro, na data da assinatura digital.

DESEMBARGADOR MARCOS ANDRÉ CHUT

RELATOR